

As relações entre o Brasil e o Paraguai no contexto do pós-guerra (1870-1876)

Thiago Rabelo Sales¹

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar, no campo das relações internacionais, como se deu a ocupação da capital paraguaia nos momentos finais da Guerra do Paraguai. Este artigo é parte integrante de um projeto de mestrado que estuda as relações entre o Brasil e Paraguai no contexto do pós-guerra, e conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Mato Grosso – FAPEMAT.

Palavras Chave: Guerra do Paraguai – Relações Internacionais – Império do Brasil

Abstract: This work if considers to analyze, in the field of the international relationships, as the occupation of the Paraguayan capital at the final moments of the War of Paraguay. This article is integrant part of a mestrado project that studies the relations between Brazil and Paraguay in the context of the postwar period, and counts on the support of the Foundation of Support the Research of the State of Mato Grosso - FAPEMAT.

Keywords: Paraguayan's War – International Relationships – Brazilian's Empire

O ano de 1868 foi decisivo para o fim da guerra da Tríplice Aliança. A tomada e a passagem da fortaleza de Humaitá pelos exércitos aliados significou o acesso direto para os navios brasileiros a Assunção. Dessa forma, o exército aliado iniciou a ocupação do território paraguaio, em 1º de janeiro de 1869, avançando com suas tropas pela capital do país. Assunção se encontrava praticamente deserta, pois já havia sido desocupada por Solano López. Os soldados brasileiros se encarregaram, então de saquear a capital paraguaia. Francisco Doratioto cita os saques de várias embaixadas estrangeiras naquela ocasião (DORATIOTO, 2002: 384-385).

É nesse momento, também, que a guerra muda bastante o seu foco: saem as grandes batalhas armadas e entram as grandes jogadas diplomáticas.”La guerra cambia de forma y estrago. Desaparecen los ejércitos y las masas combatientes y le sucede una lucha singular entre los hombres elegidos que desempeñan las altas funciones de gobierno” (CÁRCANO, vol. I, 1941: 363).

Porém, o fim da guerra ainda estava longínquo, já que os governos aliados só dariam por terminado o conflito depois que o Marechal Solano López fosse preso, morto ou expulso do Paraguai. Isso só viria a acontecer dois anos depois, no dia 1º de Março de 1870 com a morte do general paraguaio em Cerro Corá. Desde o início da ocupação, o Brasil

¹ Mestrando em História da Universidade Federal do Mato Grosso e bolsista da FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

buscou participar ativamente da estabilização política do Paraguai, procurando mantê-lo independente e em sua órbita de influência.

O Governo Provisório

Com a ocupação de Assunção, o Império enviou uma missão especial chefiada pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos, que tinha como meta estabelecer um governo provisório paraguaio com que se pudesse assinar a Paz. O governo escolhido deveria se comprometer a apoiar os aliados na luta contra López e aderir ao Tratado da Tríplice Aliança.

Na disputa pelo governo provisório paraguaio se formaram dois grupos políticos: os *bareirista*, e os *decouistas*². Paranhos realizou, então, uma reunião em Assunção com representantes dos dois círculos políticos, expondo que seria necessário que o novo governo paraguaio concordasse com os termos do Tratado de 1º de Maio de 1865. Enquanto os *bareiristas* concordaram com a proposta de Paranhos, os *decouistas* solicitaram mais tempo para um exame detalhado.

Como não chegaram a um acordo, Paranhos resolveu montar uma comissão formada por quatro representantes, dois de cada facção, para encaminharem a formação do novo governo. Caso contrário, poderia instalar-se um governo militar no Paraguai.³

Após a constituição da comissão, Paranhos intensificou as conversações com o ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela e com o representante uruguaio, Adolfo Rodríguez, sobre o governo provisório. Em 2 de junho de 1869, os representantes aliados assinaram dois protocolos. Um estabelecendo a criação do governo provisório paraguaio, composto por três membros eleitos pelos cidadãos guaranis, se comprometendo a agir em acordo com as forças aliadas, mas mantendo sua liberdade e sua soberania nacional. O segundo estabelecendo os termos de aceitação do governo provisório, determinando que as autoridades eleitas não poderiam tratar com Solano López ou qualquer pessoa que estivesse sob sua influência.

Assim que foi autorizado o estabelecimento do governo provisório, os grupos políticos começaram a se organizar para a disputa.⁴ Os dois grupos tinham como principal

²Os *bareirista* tinham como líder Cândido Bareiro, que somou as forças dos conservadores paraguaios; Já os *decouistas* eram liderados por Juan Francisco Decoud, candidato reformista, com ideais liberais.

³ Entre os *bareiristas* foram indicados Félix Egusquiza, ex-representante de López em Buenos Aires, e Bernardo Valiente; entre os *decouistas* foram indicados Carlos Loizaga e o próprio Juan Francisco Decoud, que desistiu, indicando para seu lugar José Díaz Bedoya. Outro que se recusou a participar foi Loizaga, que alegou ser inimigo de Egusquiza. A comissão acabou por ser formada por apenas três membros.

⁴ É relevante notar, que começava aí um alinhamento dos dois grupos políticos, com as duas principais nações aliadas: os *bareiristas* com o Brasil, e os *decouistas* com a Argentina. Esse alinhamento, no entanto, não

meta, manter o Paraguai livre e independente dos outros países. O governo provisório foi eleito composto por Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Juan Francisco Decoud. Este último foi recusado pelo representante brasileiro Paranhos, porque seu filho escrevia artigos considerados antibrasileiros. Para o seu lugar foi escolhido Cirilo Rivarola. (DORATIOTO, 2002: 430-431).

O governo assumiu em 15 de agosto de 1869, aceitando as condições estabelecidas pelos aliados para seu reconhecimento. Seu primeiro decreto foi proibir os paraguaios de continuarem a servir Solano López⁵, além de declarar ser dever dos cidadãos paraguaios contribuírem para a vitória dos aliados⁶. Em 19 do mesmo mês, Paranhos relatou a entrega da jurisdição civil do país ao governo provisório.

Reerguendo o Paraguai

Após a morte de Solano López em 1º de Março de 1870, os governos aliados, através das ações de seus representantes buscaram estabelecer a paz com o Paraguai. Porém, cada um dos aliados defendia seus interesses sobre o país guarani e tentava colocar o governo provisório paraguaio sob sua influência.

No dia nove de maio, os representantes plenipotenciários do Império Brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, da Argentina, Mariano Varela, e do Uruguai, Adolfo Rodríguez, iniciaram uma série de reuniões em Buenos Aires com o objetivo de modificar o acordo de 02/06/1869. O novo acordo modificado foi oficialmente apresentado e assinado no dia 20 de junho e foi tido pelos aliados como um Tratado preliminar de paz⁷.

Ao assinar o acordo no dia 20 de junho, o governo provisório assumiu o compromisso de realizar eleições num prazo de três meses a partir da assinatura, ou seja, no dia 20 de setembro.

No entanto, as eleições paraguaias somente foram realizadas no dia 24 de novembro. No dia 25 sagraram-se vencedores Cirilo Rivarola como Presidente e Caio Miltos

correspondia à subordinação.

⁵ Nota dos triúmviros para Paranhos, Assunção, 15/08/1869, Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE), 1872, Anexo I, p.82.

⁶ Nota das autoridades constituídas para Paranhos, ratificando a nota de 15/08, Assunção, 18/08/1869, RRNE, 1872, Anexo I, p.91.

⁷ Segundo o Protocolo de 09/05/1870, Logo no primeiro Artigo desse acordo, ficava restabelecida a paz entre a República do Paraguai e as nações aliadas. Além disso, reiterava a aceitação pelo governo provisório do Tratado de 1º de Maio de 1865 como condição primordial para a paz, franqueava a todos os países aliados a navegação dos rios Paraná e Paraguai e garantia o apoio dos aliados para a reestruturação política do país guarani. Os aliados se comprometiam, também, a só negociar os Tratados definitivos de paz depois da eleição do governo permanente

como Vice-Presidente⁸. Além disso, houve no mesmo dia, o juramento à Constituição paraguaia, a primeira da história do país, composta com base em ideais liberais.

Primeiros acertos para a Paz

Com a eleição do novo presidente paraguaio, os aliados buscaram assinar logo um tratado de paz. Depois de várias reuniões, em 25 de janeiro de 1871 foi assinado um Acordo Prévio entre os aliados, onde estavam expostas as condições a serem oferecidas ao governo paraguaio para a paz⁹.

Em 09 de agosto o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo imperial, juntamente com o representante argentino, Manuel Quintana, e o representante uruguaio Adolfo Rodríguez, para discutir e negociar o Tratado de Paz com os paraguaios. No dia 03 de novembro, o grupo se apresentou e iniciou as negociações.

No entanto, surgiram entre os plenipotenciários do Brasil e da Argentina sérias divergências sobre uma cláusula referente à proibição do governo paraguaio de construir qualquer tipo de fortificação ao longo do curso do rio da Prata, que pudessem impedir a livre navegação.¹⁰

Outra divergência surgiu sobre a questão dos direitos sobre a demarcação de novas fronteiras entre os aliados e o Paraguai. O plenipotenciário argentino queria afirmar a cláusula do Tratado de 1º de Março de 1865 que tratava da posse do Chaco pela Argentina. Porém, o plenipotenciário brasileiro achava essa decisão um tanto quanto prematura, e que deveria ser discutida posteriormente entre os governos em separado.¹¹ Esses episódios culminaram com o retorno do plenipotenciário argentino à Buenos Aires deixando, assim, o caminho livre para que Cotegipe pudesse negociar a paz em separado com o governo paraguaio, rompendo com um artigo do Tratado de 1º de maio de 1865, no qual os países aliados se comprometiam a não

⁸ Governo Permanente, 25/11/1870, RRNE, 1870, p.5.

⁹ Nesse acordo, os países aliados declaravam “paz perpétua” ao Paraguai, deixavam as questões de limites para serem tratadas posteriormente e fixavam a dívida de guerra. Essa deveria ser reclamada em um prazo máximo de dois anos a partir da assinatura do referido acordo. Também se franqueava a todas as nações a navegação dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, com exceção à navios de guerra de nações não ribeirinhas. Os países aliados se comprometiam a respeitar a soberania e independência do Estado paraguaio e, assinado o acordo, a retirar suas tropas das terras paraguaias num prazo máximo de três meses e restituir os prisioneiros de guerra.

¹⁰ O plenipotenciário argentino argumentava que a câmara de deputados de seu país desaprovava tal artigo. Já o plenipotenciário brasileiro dizia que se o protocolo foi aprovado em parte previamente por representantes aliados, não poderia ser desaprovado por outros.

¹¹ Segundo Cotegipe, seria impossível que todos os países envolvidos saíssem satisfeitos caso a questão de limites fosse resolvida naquele momento.

negociar a paz em separado com o Paraguai¹². O governo imperial argumentou, no entanto, que o acordo de paz entre as nações aliadas e o Paraguai já havia sido assinado.

A postura do plenipotenciário argentino demonstra o interesse de seu país em anexar parte do território paraguaio. Para a Argentina, se o Tratado da Tríplice Aliança fosse mantido na íntegra, dificultaria a sobrevivência do Paraguai como Estado independente.

A Paz entre o Brasil e o Paraguai e a política externa ativa do Império

Com a retirada do ministro plenipotenciário da Argentina para Buenos Aires, o Barão de Cotegipe recebeu do governo paraguaio uma nota. O governo paraguaio desejava saber se realmente cessariam as negociações entre este e os aliados, devido aos acontecimentos¹³. Cotegipe respondeu:

“•Nenhuma dívida tenho em abrir negociações para o ajuste das questões pendentes entre o Brazil e o Paraguay, desde que o governo da República nisso convenha e nomeie o plenipotenciário com quem eu deva tratar.

•Estou convencido de que o Sr. plenipotenciário argentino fallará em nome do seu governo e não dos aliados, havendo-lhe eu communicado a resolução de entabolar negociação com o governo do Paraguay, desde que elle a isso se recusasse e sabendo que o Sr. Ministro plenipotenciário oriental achava-se de perfeito accôrdo com a minha opinião.”¹⁴

Sendo assim, as negociações entre os dois países foram retomadas e culminaram na assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, no dia 09 de janeiro de 1872.

O Tratado assinado entre os dois plenipotenciários tinha considerações à respeito da paz e amizade entre os dois países mas, principalmente, sobre limites e navegação. Com relação aos limites territoriais, o Império conseguiu que se estabelecesse a fronteira entre os dois países no rio Apa, desconsiderando o rio Igurei como constava no Tratado. Dessa forma, o Paraguai ficaria com toda a parte de baixo da margem direita do rio Paraguai, a partir de Sete Quedas, enquanto desse ponto para cima pertenceria ao Brasil¹⁵. Essa fronteira coincidia com a que Paranhos propusera a Carlos López na década de 1850, e a mesma que havia sido disputada por Portugal e Espanha no século XVIII. Isso demonstra que o Brasil não tinha interesses expansionistas sobre o Paraguai, já que a terra concedida através desse Tratado era mantida em litígio pelos dois países há bastante tempo.

¹² Tratado as Tríplice Aliança, 01/05/1865, RRNE, 1872, anexo I, pp. 1-28.

¹³ Nota do governo paraguaio ao plenipotenciário brasileiro, 13/12/1871, 1871, RRNE, p.16.

¹⁴ Nota do plenipotenciário brasileiro ao governo paraguaio, 13/12/1871, 1871, RRNE, pp.16-17.

¹⁵ Tratado definitivo de Paz com Republica do Paraguay, 09/01/1872, 1871-4A, 1872, RRNE, pp.170-253.

Com relação à navegação, ficou estabelecida a livre navegação dos rios paraguaios aos navios brasileiros e, dessa forma, o Império alcançou o objetivo de alcançar, por via fluvial, a província de Mato Grosso.

Outra questão importante discutida na paz assinada por Cotegipe era a da dívida de guerra, determinada pelo Tratado da Tríplice Aliança. O governo paraguaio reconheceu a dívida com o Brasil pelos gastos deste com a guerra. Porém, em uma conversa com o presidente paraguaio, Cotegipe teria dito que a dívida, que ainda seria calculada, era mera formalidade e que não seria cobrada pelo Império (CÁRCANO, 1941: 545). Isso foi uma forma de manter um certo “compromisso” do Paraguai com o Império brasileiro, além de ser uma forma usada para afastar qualquer intenção de anexação pela Argentina pois se essa anexasse o Paraguai, automaticamente assumiria a dívida de guerra paraguaia.

Depois da assinatura do Tratado de Paz, o Barão de Cotegipe se retirou de Assunção, deixando instruções de que os representantes militares do Império não deveriam interferir nos assuntos internos do Paraguai, a não ser no caso de o governo estar ameaçado.

Apesar das recomendações, devido a disputas políticas internas no gabinete do Presidente Jovellanos, e a uma conspiração na segunda metade do ano de 1872, as tropas imperiais exerceram uma participação mais ativa, sempre apoiando o governo legal. Isso fez com que Jovellanos chegasse ao final do ano de 1872 fortalecido, embora sustentasse em seu gabinete alguns políticos “anti-brasileiros” e de não gozar de boas relações com o Ministro Plenipotenciário do Império Joaquim Maria Nascentes de Azambuja. Esse diplomata teve sua ação no Paraguai, de certa forma, minada pelos militares. Essas desavenças entre diplomatas e militares, aliás, serão uma tônica durante toda a ocupação do Paraguai.

A reação Argentina

A atitude brasileira de assinar separadamente a paz com o Paraguai provocou reações muito negativas na Argentina. Iniciaram-se muitos rumores quanto a um possível conflito armado entre o Brasil e a Argentina que eram, inclusive confirmados pelo próprio presidente argentino (DORATIOTO, 2002: 466). Além da assinatura em separado do Tratado de Paz com o Paraguai, haviam, entre os dois países, problemas de fronteira e de incompatibilidade política, pois, no Brasil o partido conservador havia voltado ao poder e estes eram contra uma aproximação com a Argentina.

Para piorar, a Bolívia sentindo-se ameaçada quanto à parte de seu território que se encontrava no Chaco, adentra no jogo diplomático, pressionando a Argentina pela assinatura

de Tratados que ratificassem suas posses. As relações entre os dois países chegaram a se tornar tensas. A Bolívia chegou a procurar auxílio no Império para assegurar seus territórios. Mas as discussões se arrastaram sem que se chegasse a nenhuma conclusão

Brasil e Argentina chegaram mesmo a fortalecer suas Marinhas de Guerra. A Argentina encomendou algumas belonaves e uma flotilha aos estaleiros ingleses, enquanto o Império lançou ao mar uma canhoneira e uma corveta em 1873 e, no ano seguinte, mais um encouraçado. No plano diplomático, o Brasil buscou estreitar seus laços com o Chile, enquanto a Argentina buscava alianças com o Peru e a Bolívia (DORATIOTO, 2002: 466).

Porém, nenhum dos dois países estava em condição financeira e militar de se aventurar em mais um conflito armado. Sendo assim, em junho de 1872, Bartolomé Mitre veio em missão especial ao Rio de Janeiro. Após alguns dias de conversações foi assinado um acordo que restabelecia a aliança entre os dois países. Além disso, o governo brasileiro se comprometia a apoiar a Argentina nas negociações de paz com o Paraguai.

Tensão no Paraguai

O ano de 1873 foi marcado pela observação brasileira das discussões de paz entre a Argentina e o Paraguai, mas, sobretudo, por várias tentativas de golpe contra o presidente Jovellanos. Em março foram duas tentativas de golpe, enquanto em maio houve mais uma, mas todas elas foram sufocadas pelas forças legalistas paraguaias.

Entre os meses de abril e junho daquele ano, o Império, representado na pessoa de Domingos José Gonsalves de Magalhães, o Barão do Araguaia, acompanhou as discussões entre paraguaios e argentinos. A principal desavença entre as duas nações dizia respeito ao repartimento da região do Chaco, visto que a Argentina queria a posse de todo o Chaco. Enquanto isso, o governo paraguaio, orientado pelo Império, só aceitava ceder até o rio Pilcomayo, ficando o restante do território sob sua jurisdição.¹⁶

Em agosto do mesmo ano, o Paraguai assinou um Tratado de Amizade e Comércio com o Uruguai, pondo fim às questões pendentes entre os dois países. Assim, a Argentina era agora, ao final do ano de 1873, o único dos países aliados que ainda não havia assinado o Tratado de Paz com o Paraguai.

¹⁶ Essa postura do governo paraguaio era a desejada pelo governo imperial, já que essa divisão do Chaco evitaria que se aumentasse a fronteira entre o Brasil e a Argentina. Frente à firme postura paraguaia, o representante argentino, Mitre, não conseguiu chegar a um acordo e se retirou para Buenos Aires

As eleições e os novos cenários políticos no Prata

No início do ano de 1874, o governo de Jovellanos enfrentou nova rebelião, sendo que, dessa vez, os revoltosos saíram vitoriosos, obtendo algumas concessões, com a intermediação do diplomata brasileiro, por parte do Presidente. Praticamente todos os líderes da sublevação receberam nomeação para algum Ministério.

Essa nova cena política interna paraguaia era considerada por Antônio de Araújo e Gondim favorável ao Brasil, pois os rebeldes nomeados Ministros após a revolta eram considerados simpáticos ao Império.¹⁷ Em 25 de junho, Juan Bautista Gill, um dos Ministros nomeados após a revolta, foi eleito presidente da República do Paraguai, com o apoio do Império brasileiro.

Já em 12 de outubro, chegava ao poder, na Argentina, Nicolás Avellaneda. O governo Imperial atuou ao longo desse ano mediando algumas conversações de paz entre a Argentina e Paraguai, mas sem obter muito sucesso.

Com a ascensão de Bautista Gill ao governo paraguaio e de Avellaneda ao da Argentina, as negociações em prol de um Tratado de Paz e de Limites entre os dois países ganharam novo fôlego. Em maio de 1875 paraguaios e argentinos se reuniram no Rio de Janeiro para discutir os limites entre os dois. Pelo lado argentino foi enviado Carlos Tejedor, enquanto Jaime Sosa era o enviado paraguaio. Os representantes brasileiros foram os Viscondes de Caravelas e do Rio Branco. Após quatro conferências, Tejedor e Sosa firmaram um Acordo de Limites, à revelia dos representantes imperiais, no qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina, que ficaria também com Villa Occidental, em troca da dívida de guerra paraguaia.

Os diplomatas imperiais pressionaram o Presidente Bautista Gill para que esse não aprovasse o Acordo. Isso causou certa intimidação ao governo paraguaio, já que as tropas brasileiras ainda ocupavam Assunção, e Bautista Gill optou por não ratificar o Acordo, sob o argumento de que seu representante fizera concessões sem o conhecimento de seu governo.¹⁸ A partir daí e ao longo desse ano o Paraguai procurou sair da órbita do Império brasileiro e buscou uma aproximação com a Argentina devido ao seu mau relacionamento com as autoridades brasileiras em Assunção e a um empréstimo não concedido pelo Governo brasileiro (DORATIOTO, 2006: p. 278).

¹⁷ GONDIM para CARAVELLAS, Reservado, Assunção, 28/02/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-12.

¹⁸ RRNE, 1875, suplemento, pp.1-44, e 1877, anexo I, pp.9-10.

Em fins de novembro haviam fortes especulações de que o Paraguai e a Argentina estariam estabelecendo negociações de forma secreta, e já circulavam boatos de que Villa Occidental ficaria mesmo de posse da Argentina. Já em dezembro, Felipe José Pereira Leal, chefe da Legação brasileira em Assunção apoiou um golpe de Estado contra o presidente Bautista Gill.¹⁹

Esse ato fez com que o Paraguai se aproximasse da Argentina, até que em 03 de fevereiro de 1876 os dois assinaram, em Buenos Aires, o Tratado de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Esse Tratado acabou por corresponder ao que desejava o Império.²⁰

Referências Bibliográficas

CÁRCANO, Ramón J. **Guerra del Paraguay: acción y reacción de la Triple Alianza**. Buenos Aires, Domingos Vian y Cia., 1941, vol. II

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

CHIVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das Relações Internacionais**. Trad. Maria Rosinda Ramos da Silva Brasília: Editora da UNB, 1982

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)**. 1989. 304 f. Tomo 2. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1989.

¹⁹ A iniciativa de apoiar o golpe foi do próprio Pereira Leal, que, influenciado por comerciantes brasileiros, se convenceram de que o Paraguai havia passado para o lado argentino. O golpe fracassou e Pereira Leal foi substituído no cargo por Antônio de Araújo e Gondim, mas as relações entre os dois países, embora restabelecidas não voltaram ao patamar atingido anteriormente.

²⁰ Quanto aos limites, ficou determinado o rio Paraguai como o limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central seriam argentinos. O restante do Chaco foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre a Bahía Negra e o rio Verde. A área entre este e o braço principal do rio Pilcomayo, incluindo Villa Occidental seria submetida ao arbitramento por parte dos Estados Unidos, mas até o parecer ser dado, a área ficaria sob administração argentina. As ilhas de Atajo e Apipé foram declaradas argentinas, enquanto Yaceretá, paraguaia. As forças de ocupação se retirariam do Paraguai em 3 de junho daquele ano. Quanto à dívida de guerra, os gastos feitos pela Argentina durante o conflito, bem como os prejuízos causados a propriedades públicas e privadas quando da invasão, foram reconhecidos.

_____. “Guerra do Paraguai”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 253-285.

_____. “O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina”. **Revista Múltipla**, Brasília, Faculdades Integradas Upis, vol.4, nº6, julho, 1999.

POMER, León. **Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1981.

SALES, Thiago Rabelo. **As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no contexto do pós-guerra (1870-1875)**. 2004. 65 f. Monografia de Bacharelado - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2004.